

» ENTREVISTA » **ARMINIO FRAGA**

EX-PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL

“Resposta terá de vir da política”

« **CONJUNTURA** » Ex-presidente do Banco Central afirma que inflação e pressão do dólar seriam problemas mais graves e que é preciso um ajuste fiscal amplo para permitir uma reprogramação das prioridades de gasto público

Ex-presidente do Banco Central, o economista Arminio Fraga prevê que a reeleição do presidente Jair Bolsonaro é pouco provável, pelo “conjunto da obra ou da ‘não obra’”. Ele avalia que a economia será decisiva nas eleições, pelas dificuldades que o País passa, e alerta que o debate econômico na campanha eleitoral de 2022 terá de ser realista, ao invés de um festival de promessas não cumpridas. Na semana passada, Arminio disse que aceitaria o cargo de ministro da Fazenda em um novo governo, desde que encontre a possibilidade concreta de colocar em prática suas ideias.

O sr. disse que não pretende entrar numa campanha eleitoral em 2022, mas aceitaria ser ministro da Fazenda. Como é isso?

De certo, digo que não pretendo me engajar em nenhuma campanha. Tenho tido a chance de conversar com muita gente e consideraria dar uma colaboração num governo onde haja chance de as ideias nas quais eu acredito serem postas em prática com algum sucesso.

Qual a sua avaliação dos cenários políticos dos presidenciáveis que já se apresentaram, do ponto de vista do debate econômico?

Está cedo ainda. Eles terão de se posicionar com mais clareza. No momento, estão dando sinais mais gerais. Alguns não dão sinal algum. Só saberemos a partir de março, abril.

A situação econômica ruim tira a possibilidade de reeleição do presidente Bolsonaro em 2022?

Hoje, a reeleição parece pouco provável. Não só por causa da economia. Pelo conjunto da obra ou da ‘não obra’.

O debate da desigualdade ganhará força nas eleições? Esse tema sempre esteve associado mais ao PT...

Sim, o PT fez muita coisa, Fernando Henrique também, houve continuidade. Mas, ao mesmo tempo, houve com o PT uma política de dar enormes subsídios, vantagens para os mais ricos, a chamada bolsa empresário. Sempre ouvi Pedro Malan (ex-ministro da Fazenda durante o governo FHC) repetir que a raiva da pobreza e da má distribuição de renda não é monopólio de ninguém. O modelo social-liberal, que foi o do Fernando Henrique, ainda me parece o melhor caminho. Precisamos de um pêndulo político mais curto, e não de uma bola de demolição.

Por que o Brasil não consegue se organizar para embarcar numa trajetória de crescimento consistente e inclusiva?

Essa é uma pergunta chave para nortear o debate. Politicamente tem sido difícil o País construir esse caminho. Nos prejudica a frequência com que o Brasil anda para trás. Parece que vai engrenar, mas logo vem uma guinada para trás, tipicamente consequência de ideias erradas e populistas. Essa instabilidade inibe muito o consumo e o investimento. Quem sabe o eleitorado melhor informado não entenda que alguma coisa está errada, que não há receita fácil, e que é preciso buscar uma proposta que tenha reais condições de dar certo.

Com o PIB em recessão técnica, alta da inflação e a volta da estagflação, qual a perspectiva para 2022?

O BC corretamente está apertando os juros. Pode-se discutir a calibragem, mas evito essa discussão conjuntural. Nessa hora, é bom que o presidente

do BC tenha mandato e deixe claro que vai ficar até o fim, o que ele tem feito. A política monetária seria mais apertada e o enorme grau de incerteza que domina hoje a cena são fatores que deprimem a economia. Não é à toa que as estimativas de crescimento para 2022 estejam sendo revisadas para baixo. Um País com a nossa história chegar a uma inflação de dois dígitos, se começar a indexar, aí é o diabo.

A inflação é o maior problema da economia?

Não, mas é grave. Os maiores problemas são a falta de crescimento e a desigualdade. Faz falta uma agenda com esse foco. Mas com inflação não há progresso. O Brasil vive uma situação extrema de fragilidade fiscal, desemprego e subemprego. Parte da inflação vem de choques de custos. Nesse contexto faz sentido retornar à meta apenas em 2023, desde que em 2022 haja uma clara reversão na tendência de alta da inflação. Não combater a inflação seria pior, já vimos esse filme.

E como resolver o problema do crescimento da economia?

Falar do crescimento agora é falar da incerteza de uma economia toda engatilhada, amarrada, fechada. É preciso tomar certo cuidado para não confundir o comportamento cíclico do ano que vem com a tendência de crescimento. Eu gosto de usar a palavra crescimento para a tendência de médio e longo prazo. Quando falamos do ano que vem, estamos falando de recuperação. E a recuperação vem fraca e o crescimento, a essa altura do jogo, está com uma cara ruim.

O Congresso está ignorando o que acontece na economia e só pensa na eleição de 2022?

Por ora, os sinais não são bons, o que parece ser consequência de um foco exagerado no varejo e nas eleições. A grande vítima desse jogo foi a responsabilidade fiscal. Aumentou muito o risco de uma crise maior. Mas o Congresso tem instinto de sobrevivência, espero que acordem.

O que seria uma crise maior?

Inflação, mais pressão no dólar (que lembra 2002), uma recuperação econômica relativamente tímida e que poderá ser abortada. A partir dessa avaliação, pode-se imaginar uma dinâmica

[Crise maior] seria inflação, mais pressão no dólar, com uma recuperação econômica relativamente tímida e que poderá ser abortada. A partir dessa avaliação, pode-se imaginar uma dinâmica entre política e economia bem complicada.”

entre política e economia bem complicada. Quando os candidatos estiverem em plena campanha, o mercado vai oscilar com base nas opiniões que são ventiladas e nas probabilidades de essas posições se tornarem realidade. Essa probabilidade se extrai das pesquisas, sobretudo. Vamos ver muita volatilidade.

A elite empresarial do País está vivendo numa bolha, fazendo vista grossa à realidade do País?

A conclusão inescapável é que as elites, com exceções, têm sido chapa-branca, curto-prazistas, oportunistas, na verdade um obstáculo ao desenvolvimento do País. Parte dessa “elite” abraçou a Dilma e o Bolsonaro. Ambos tiveram, até um determinado momento, apoio substancial das elites empresariais. E isso casa com o que parece ser uma obsessão suicida de voltar a um modelo de economia fechada, com subsídios abundantes, pouco respeito à previsibilidade, ao equilíbrio macroeconômico e à desigualdade. É como se a gente não aprendesse. Nas décadas de crescimento acelerado, o Brasil estava se industrializando e urbanizando. Mas o modelo se esgotou e houve um colapso na produtividade visível já na década de 70. Em todos esses momentos, tivemos uma elite defendendo o seu pedaço de uma maneira míope e que foi responsável por uma parte relevante do nosso desempenho medíocre desde a década de 80.

O atraso do País está na repetição dos erros?

ção dos erros?

Não é que o Brasil tenha ficado parado. Não ficou. Mas a impressão que eu tenho é que faltam mais. Duas grandes reformas ainda não foram abordadas: a reforma tributária e a reforma do Imposto de Renda e uma do Estado com foco na área administrativa, no RH. Falta uma certa paz. Quando passamos dois anos no Brasil preocupados com nossa democracia, a economia se assusta.

Como o sr. avalia a aprovação da PEC dos Precatórios?

O que vivemos agora é a continuidade do que começou em 2014: a destruição do arcabouço de responsabilidade fiscal do País. Isso é gravíssimo, um fator de incerteza e de risco altamente relevante. Começou lá atrás, quando houve um colapso do saldo primário das contas públicas, que era a principal âncora fiscal. Sabíamos que o gasto público não poderia crescer mais do que o PIB indefinidamente. Tínhamos um arcabouço fiscal bem razoável, com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Entretanto, por alguma razão ainda não totalmente documentada, ela não conseguiu defender o que se tinha. Não está muito claro quanto desse fracasso foi brecha na lei ou crime mesmo.

Agora fazem remendos e, mesmo assim, dizem que o teto de gastos está sendo cumprido.

Vamos ter de repensar o regime fiscal brasileiro. Isso precisa ser feito. O atual já era. Esses remendos, como a PEC, fazem crescer as dúvidas quanto à solidez fiscal do País. Mas, com o passar dos anos, ficou claro que o quadro geral das finanças públicas (com o teto) não era sustentável. Não se pode eliminar quase que totalmente a capacidade de investimento do Estado. O ajuste fiscal necessário não é só aquele suficiente para o Brasil voltar a ter superávit primário. É maior para permitir uma reprogramação das prioridades do gasto público. Estamos falando de um desafio enorme. A constatação de que 80% dos gastos vão para a folha e Previdência é um prato cheio para a reforma.

Qual é a saída?

Estamos diante de uma pesada agenda de reformas na área econômica. A resposta terá de vir, em última instância, da política, que terá de encarar os desafios definindo prioridades de forma transparente e responsável.



ARQUIVO

PEDIDO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO
JOSEILTO DO CARMO FAUSTINO, CPF: 011.388.414-12, torna público que está requerendo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano – SEMUR a LI para conceder a construção de um Galpão comercial, Depósito e Armazenamento composto de um Prédio com 02 Pavimentos (térreo e subsolo), designado por **ÁREA A2, (desmembrada dos lotes 01 a 19), da quadra 01, loteamento Parque de Exposições**, situado entre a Av. Piloto Pereira Tim (Rodovia BR-101), no bairro Parque de Exposições, Pamamirim/RN, Cep. 59158-400, com uma área construída de 1.126,06m², em terreno próprio, **medindo 1.340,85m²** de superfície.
Joseilto do Carmo Faustino
Proprietário

PEDIDO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
JANDAIRA II ENERGIAS RENOVAVEIS S.A., CNPJ Nº 35.824.347/0001-33, torna público que está requerendo do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a Licença de Operação – LO para a Usina de Energia Eólica Jandaira II, com capacidade instalada de 24,255 MW, localizada na Fazenda Portal do Mato Grande, Zona Rural, Municípios de Jandaira/RN e Pedra Preta/RN.
André Luiz Balestero
Diretor Executivo

CONCESSÃO DE LICENÇA SIMPLIFICADA
SAFAM MASTER - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FUNERAIS LTDA CNPJ 08.960.264/0001-07, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – Idema a Licença Simplificada, com prazo de validade até 01 de dezembro de 2027, em favor do empreendimento **Cemitério Vertical com Pavimento Térreo**, localizada em **Rua Otávio Amorim, s/n, Zona Urbana, Município de Assú/RN**.
Emerson Domingos da Silva
Gerente de Gestão & Qualidade

PEDIDO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
JANDAIRA III ENERGIAS RENOVAVEIS S.A., CNPJ Nº 35.823.536/0001-91, torna público que está requerendo do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a Licença de Operação – LO para a Usina de Energia Eólica Jandaira III, com capacidade instalada de 27,72 MW, localizada na Fazenda Portal do Mato Grande, Zona Rural, Município de Jandaira/RN.
André Luiz Balestero
Diretor Executivo

SENAR SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SENAR/RN
AVISO DE LICITAÇÃO/EXTRATO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2021
O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional do Rio Grande do Norte (SENAR-AR/RN), sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 04.256.238/0001-33, por meio de sua Pregoeira, torna público que realizará certame licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 19/2021, MENOR PREÇO GLOBAL, para a contratação de empresa especializada para gerenciamento de frota, abrangendo o controle e aquisição de combustíveis, lubrificantes e lavagem veicular, para atender às necessidades da frota de veículos do SENAR-AR/RN. Data de Recebimento e Abertura de Propostas e Documentação: 15/12/2021, às 9:00 horas (horário local). Local: Sede do SENAR-AR/RN, sediada na Rua Dom José Tomaz, 995, Tirol – Natal/RN, CEP. 59.022-250. Informações: Pregoeira e Equipe de Apoio, de 08:00 às 12:00 horas, e das 14:00 às 18:00 horas. Telefone (84) 3342-0200. O Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.senarn.com.br.
Natal/RN, 06 de dezembro de 2021
Larissa Hermínia Augusto Bezerra
Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN
ADENDO I
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2021-SRP
Tendo em vista a necessidade de reformulação no quantitativo do “item 1” do Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2021-SRP, vimos, mediante este expediente, promover alterações no “Termo de Referência” do referido instrumento, de forma que o quantitativo do evidenciado item passa a ter a seguinte redação:

Item - Código - Descrição	Unidade	Quantidade	Vlr. Unit. Máximo	Vlr. Total
1 - 0027559 - Área Interna e Externa dos Prédios Públicos Municipais desinsetização (insetos rasteiros e voadores: baratas, formigas, entre outros), descupinização e desratização	M ²	15.0000		

Fica REAPRAZADA a sessão pública do evidenciado certame, conforme a seguir delineado: **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Dia 17 de dezembro de 2021, às 09h00min. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** Às 09h20min do Dia 17 de dezembro de 2021. **LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF. O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br ou através do e-mail: licitacoes@santacruz.rn.gov.br, de segunda a sexta-feira. Os documentos pertinentes ao evidenciado processo encontram-se com vistas franqueadas aos interessados.
Santa Cruz/RN, em 06 de dezembro de 2021
Renata Sabrina Silva de Menezes
Pregoeira Municipal

“Ninguém morre enquanto permanece vivo no coração de alguém”

MISSA TRIGÉSIMO DIA

SERÁ REALIZADA DIA 07 DE DEZEMBRO TERÇA FEIRA ÀS 18:00 NA IGREJA DE SÃO CAMILO DE LÉLIS

* 25/08/1946
+ 07/11/2021

Rosa Weber libera emendas do relator

« ORÇAMENTO SECRETO » Decisão liminar da ministra Rosa Weber que autoriza execução das emendas atende pedido dos presidentes da Câmara e do Senado. Ação será levada ao plenário do Supremo Tribunal Federal

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou ontem a execução das emendas de relator-geral do orçamento (RP-9) previstas para o ano de 2021. O dispositivo é a peça central do esquema do orçamento secreto, no qual parlamentares indicam a destinação de recursos para suas bases eleitorais, sem que sejam adotados critérios técnicos, em troca de votar a favor das propostas do governo.

Rosa atendeu em caráter provisório o pedido dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para suspender o trecho da decisão proferida anteriormente que impedia novas indicações neste ano. Os parlamentares argumentam que o fim dos repasses paralisaria setores essenciais da administração pública. A ministra, no entanto, destaca ser necessário dar continuidade às providências para alcançar a "ampla publicação dos documentos" utilizados na distribuição de recursos das emendas em 2020 e 2021.

"Por ora, entendo acolhível o requerimento formulado pelos Senhores Presidentes das Casas do Congresso Nacional apenas para afastar a suspensão da execução orçamentária do indicador RP (item "c" da decisão cautelar), considerado o potencial risco à continuidade dos serviços públicos essenciais à população, especialmente nas áreas voltadas à saúde e educação", explicou a ministra na decisão.

A ministra afirmou que as medidas adotadas pelo Congresso, no Ato Conjunto editado pelas Mesas Diretoras da Câmara e do Senado, "mostram-se suficientes,



Rosa Weber afirma que decisão foi para evitar riscos à continuidade dos serviços públicos

ao menos em exame estritamente delibatório, para justificar o afastamento dos efeitos da suspensão" determinado pelo Supremo "diante do risco de prejuízo que a paralisação da execução orçamentária traz à prestação de serviços essenciais à coletividade".

Na última segunda-feira, 29, o Senado aprovou o projeto de resolução em parceria com a Câmara. O ato altera as regras das emendas RP-9 e obriga a identificação dos autores das indicações a partir de agora. A medida também foi para votação na Câmara, onde obteve sucesso na aprovação. Depois de ter o texto em vigor, Pacheco comunicou ao Supremo, no dia 3 de dezembro, que exigiu do relator do orçamento neste ano a adoção das "providências possíveis" e necessárias para detalhar - no prazo de 180 dias - a autoria dos pedidos de alocação de recursos.

"Mostra-se prematuro aferir, neste momento, a idoneidade das medidas adotadas para satisfazerem os comandos emanados da decisão cautelar proferida pelo Supremo Tribunal Federal. Sequer esgotado o prazo para todos os órgãos estatais incumbidos da execução das providências determinadas por esta Corte apresentarem as ações adotadas nas suas respectivas esferas de competência", escreveu a ministra. Oficiados pelo Supremo, a Presidência da República e os Ministérios da Casa Civil e da Economia ainda não encaminharam as informações solicitadas.

Desde que a decisão individual de Weber para suspender os repasses do orçamento secreto foi ratificada por 8 votos a 2 no plenário do Supremo, a ministra vinha tendo conversas recorrentes com os presidentes da Câmara e do Senado, que buscavam

reformular o entendimento da corte. O recuo da magistrada arrefece a queda de braço entre a mais alta instância do Poder Judiciário e o Legislativo, que deflagrou uma crise institucional depois de ter o seu principal instrumento de cooptação política paralisado.

"O que se mostra juridicamente relevante, no momento, para os fins a que se propõe esta decisão, é a posição ocupada, no complexo deontológico e político consubstanciado na Constituição, pela garantia de continuidade dos serviços públicos", escreveu Rosa Weber. "A necessidade de proteger a continuidade dos serviços públicos prestados à comunidade em geral - como via permanente de acesso das pessoas aos seus direitos básicos e às condições de existência digna - tem orientado a jurisprudência desta Suprema Corte".

Comissão quer manter as emendas do relator

As emendas de relator, base do orçamento secreto, devem ser mantidas no mesmo formato em 2022, ano de eleições. Ontem, a Comissão Mista de Orçamento ignorou a decisão da Corte ao rejeitar propostas que dariam mais transparência aos critérios utilizados para distribuir bilhões de reais a um seleto grupo de parlamentares. Os congressistas também se recusaram a limitar a abrangência das áreas que poderão receber recursos públicos nessa modalidade. Ao contrário: o parecer do relator, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), aumentou o rol de despesas contempladas, estimadas em mais de R\$ 16 bilhões.

As verbas estão no centro do orçamento secreto, esquema revelado pelo Portal Estadão. O mecanismo consiste na liberação de dinheiro público a deputados e senadores em troca de apoio ao governo de Jair Bolsonaro no Congresso. A distribuição dos recursos ocorre sem critérios claros, cabendo a um grupo de parlamentares alinhados aos interesses do Palácio do Planalto definir como e onde as verbas federais devem ser aplicadas.

A aprovação do parecer de Leal pela comissão representa mais um passo do Congresso para manter, em 2022, o mecanismo atual das emendas de relator. A cúpula do Legislativo tenta desativar as verbas suspensas pelo Supremo e concordou em divulgar apenas parte desses repasses, prometendo um novo modelo para o futuro. As regras para o ano que vem, no entanto, continuam a dar margem para indicações sem nenhum critério de quem será beneficiado e para onde irá o dinheiro federal.

Câmara

A medida contraria o STF em pontos essenciais na investigação sobre o orçamento secreto. O principal deles é a falta de critérios objetivos sobre os beneficiados. Além disso, o relator segue com liberdade para distribuir as verbas a aliados, nos bastidores, sem divisão igualitária entre as bancadas do Congresso, outro ponto questionado pelo Supremo.

O parecer de Leal ainda abre uma brecha para turbinar o valor após a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, que amplia o teto de gastos, permitindo aumentar o limite para todas as emendas parlamentares. Na prática, o relatório aprovado na CMO garante liberdade para o relator escolher a destinação final do dinheiro sem nenhum critério de quem será atendido nas indicações - dois pontos criticados pelo Supremo, que suspendeu a execução dessas verbas no mês passado.

Atualmente, não há um teto para as verbas de emenda de relator, carimbadas com o código RP9. Neste ano, por exemplo, o total autorizado para essas emendas é de R\$ 16,9 bilhões, ocupando praticamente metade de todas as verbas com a titulação dos congressistas, o que inclui, ainda, a indicação de emendas individuais e de bancada.

O valor final para 2022 só será conhecido na aprovação do Orçamento. Após confrontar o Supremo com a decisão de manter ocultos os nomes dos padrinhos das emendas de relator nos dois últimos anos, a cúpula do Congresso marcou a votação do Orçamento de 2022 para o próximo dia 17. O relatório final, com todas as emendas, só será apresentado na véspera, com intervalo de um dia para discussão na comissão e no plenário. Trata-se de uma estratégia para "tratotar" a tramitação, termo usado no Congresso para definir a manobra.

Hugo Leal repetiu a estratégia

dos dois anos anteriores e autorizou para ele mesmo a estratégia de carimbar emendas destinadas a ações e serviços públicos que contemplam praticamente todo o Orçamento da União. No total, serão 22 ações, de saúde até turismo, além das programações já previstas no projeto de Orçamento encaminhado pelo Executivo. A versão anterior listava 20 áreas. "A transparência que foi requisitada, que foi pedida, está sendo feita", disse Hugo Leal. "Isso (critério de distribuição) deveria ter sido modificado na resolução. No parecer preliminar, não vejo como avançarmos nesse sentido."

A decisão aumentou a pressão para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do orçamento secreto. O líder do Cidadania no Senado, Alessandro Vieira (SE), tenta colar as 27 assinaturas necessárias para pedir a abertura da investigação, que ainda dependeria de um ato do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A CPI, no entanto, não tem apoio suficiente, pois envolveria uma apuração com os próprios parlamentares no alvo. Proposta que previa teto de R\$ 5 bi para orçamento secreto foi rejeitada.

Uma das sugestões rejeitadas pelo relator no parecer preliminar limitava as emendas RP9 à correção de erros e omissões na proposta orçamentária, como prevê a Constituição. Isso significa que o relator só poderia alterar o Orçamento se verificasse algum recurso insuficiente na proposta do Executivo, como no caso das aposentadorias e benefícios sociais, e não para turbinar obras potencialmente eleitoreiras. Outra proposta rejeitada sugeria um teto de R\$ 5 bilhões para as emendas RP9, caso o relator cortasse as despesas do governo federal para obter os recursos.

A tentativa de distribuir a verba de forma igualitária entre as bancadas do Congresso também foi rejeitada. Diferentes propostas foram apresentadas nesse sentido, dividindo as indicações proporcionalmente entre deputados e senadores ou privilegiando municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mas todas elas ficaram de fora do parecer.

De acordo com especialistas, o fato de o relator poder dividir as verbas nos bastidores com partidos aliados representa a "espinha dorsal" do orçamento secreto. "Não temos nenhuma clareza de como vai ser distribuído o RP-9 e gostaríamos de saber como o relator vai abordar esse tema no relatório final", disse o deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

O relator rejeitou ainda uma mudança para aumentar as regras de publicidade das indicações no Orçamento de 2022, obrigando a publicação das demandas em todas as fases do processo. O Congresso Nacional aprovou um projeto de resolução prevendo um nível de transparência nas indicações daqui para a frente, mas a medida é cercada de questionamentos por abrir brecha para que uma série de solicitações permaneçam em segredo.

Para manter a dinâmica do orçamento secreto em 2022, o relator se ancorou no projeto de resolução aprovado pelo Legislativo no último dia 29. A medida mantém o formato das emendas de relator em um patamar que pode superar R\$ 16 bilhões no ano que vem, sem critérios objetivos de distribuição entre os deputados e senadores e com regras de transparência questionadas por técnicos e parlamentares.

Sindhoteleiros/RN
 Reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego de acordo com o Decreto - Lei 1.402 de 05/07/1943.
 Inscrito no CNPJ: 08.030.933/0001-96 - Rua Nelson Geraldo Freire, 1575, Lagoa Nova, CEP: 59064-160 - Natal - RN.
 Fone: 55 (84) 2020-5703 - Site: www.sindhoteleirosrn.com.br - Email: sindicato@sechestrn.com.br

EDITAL PARA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL
 Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiros e Similares no Estado do Rio Grande do Norte

O Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares no Estado do Rio Grande do Norte - SINDHOTELEIROS RN, convoca todos os associados, quites com suas obrigações sindicais, para Assembleia Geral de prestação e aprovação de contas desta entidade do exercício de 2021 (01/01/2021 a 31/12/2021), a realizar-se em sua sede na Rua Nelson Geraldo Freire, n.º 1575, Lagoa Nova Natal/RN, CEP: 59.064-160, no dia 29 de Dezembro de 2021, às 09h, com a presença da maioria dos sócios, e em segunda convocação, às 09:30hs, com qualquer número de sócios.

Natal - RN 06 de Dezembro de 2021.

Sandóval Lopes - Presidente
 SINDHOTELEIROS RN

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2021

O Pregoeiro do Município de Santa Cruz/RN, devidamente nomeado através da Portaria nº 649/2021, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2021", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", instaurada visando o Registro de Preços para Aquisição de um baú frigorífico com equipamentos de refrigeração, para ser acoplado a um veículo de modelo; HD 80 - marca HYUNDAI, EE: 3735, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Santa Cruz, conforme descrito no Edital e seus Anexos, devendo serem observadas as seguintes disposições: **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Dia 17 de dezembro de 2021, às 09h00min. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** Às 09h20min do Dia 17 de dezembro de 2021. **LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF. O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no site: www.portaldecompraspublicas.com.br ou através do e-mail: licitacoes@santacruz.rn.gov.br, de segunda a sexta-feira.

Santa Cruz/RN, 06 de dezembro de 2021
 José Jailson Pereira
 Pregoeiro Municipal

SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
 CNPJ: 08.428.070/0001-57
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Sindicato Intermunicipal dos Empregados no Comércio no Estado do Rio Grande do Norte - SECERN, CNPJ n.º 08.428.070/0001-57, vem por seu presidente, de acordo com o estatuto social da entidade, convocar os integrantes da categoria dos Empregados no Comércio, filiados ou não, na base territorial do município de Santa Cruz/RN, para participarem da **Assembleia Geral Ordinária** que será realizada no dia 17 de dezembro de 2021, às 18h00 em primeira convocação, e caso não haja quórum, às 18h30 em segunda convocação, com qualquer número de presentes, na Rua Senador João Câmara, nº 92, Centro, Santa Cruz/RN, para discutirem e deliberarem a seguinte ordem do dia: a) Aprovação da pauta de reivindicação para a Convenção Coletiva de Trabalho de 2021/2022; b) Autorização prévia e expressa da Contribuição Negocial, na forma do artigo 578 e seguintes da CLT, com a redação da Lei nº 13.467/2017 e face ao definido pelo Enunciado nº 38 da ANAMATRA, caso aprovado o item "a", notificação aos empregadores e ao respectivo sindicato da categoria econômica, da autorização coletiva concedida para todos os membros das categorias representadas pelo SECERN, portanto não haverá distinção entre associado e não associado, nos termos do Artigo 513, alínea "e" da CLT com concordou e homologou recentemente o TST a proposta de convenção coletiva dos Aeroviários, e nota técnica nº 2/2018 - CONALIS-MPT, c) Autorização para a Diretoria celebrar a referida Convenção; d) Paralisação coletiva dos trabalhos (greve); e) Autorização para se instaurar Dissídio Coletivo ao fracassar a negociação. Natal/RN, 06 de dezembro de 2021.

EDUARDO MARTINS DE MOURA
 Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURA - SEMOV
AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Infraestrutura - SEMOV, localizada na Av. Presidente Bandeira, 2280 - Lagoa Seca, nesta Capital, telefone 3232-8121, torna público que está marcada a licitação na modalidade **Tomada De Preços**, cujo objeto, data e hora segue abaixo elencado. O edital da referida licitação, encontra-se fixado no Quadro de Aviso da SEMOV, assim como à disposição dos interessados no citado local, bem como pode ser solicitado no email: cpsemovnatal@hotmail.com.

PROCESSO	TOMADA DE PREÇOS	OBJETO	Data	Hora
20211018959 - SEL	033/2021 - SEMOV	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA / ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS NA QUADRA POLIESPORTIVA, LOCALIZADA NA RUA NOSSA SENHORA DA PAZ COM RUA TRAMPOLIM DA VITÓRIA, BAIRRO DO PASSO DA PÁTRIA - NATAL/RN.	22/12/2021	09h:00 min

Natal, 06 de dezembro de 2021
 Raul Araújo Pereira
 Presidente da CPL/SEMOV

4006.6161
 classificados Tribuna do Norte